

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE CIENCIOMÉTRICA

SCIENTIFIC PRODUCTION ON THE NEW HIGH SCHOOL REFORM IN FULL-TIME EDUCATION AND PHYSICAL EDUCATION: A SCIENTOMETRIC ANALYSIS

Erick Rian da Rosa Santos¹

<https://orcid.org/0009-0008-4484-3196>

Bárbara Müller Haas²

<https://orcid.org/0009-0007-6098-4389>

Gabriela Brum de Deus³

<https://orcid.org/0000-0001-6602-2120>

Renato Xavier Coutinho⁴

<https://orcid.org/0000-0001-6602-2120>

Resumo:

O estudo analisa a produção científica disponível no Portal de Periódicos da CAPES acerca do Novo Ensino Médio (NEM), do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) e da Educação Física, no período de 2016 a 2025. A pesquisa justifica-se pela relevância das recentes reformas educacionais e seus impactos na organização curricular e no papel da Educação Física escolar. Com abordagem quali-quantitativa e cienciométrica, a pesquisa mapeou e examinou 19 artigos, identificando tendências, lacunas e enfoques teóricos sobre as implicações dessas reformas educacionais. Observou-se que a produção é regionalmente concentrada nas regiões Sul e Nordeste e é predominantemente composta por estudos teóricos, com ênfase em pesquisas básicas e análises documentais. Os resultados indicam precarização do componente curricular de Educação Física, marcada pela redução de carga horária, esvaziamento formativo e priorização de competências instrumentais em detrimento de uma formação crítica e cultural. Os estudos também apontam percepções docentes de imposição e falta de diálogo na implementação das políticas, além de dificuldades estruturais e pedagógicas nas escolas de tempo integral. Conclui-se que, embora o NEM e o EMTI proponham modernização e equidade, as reformas têm acentuado desigualdades históricas e fragilizado o papel formativo da Educação Física, exigindo maior investimento

¹ Mestrando do PPG de Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), especialista em Educação Física Escolar, professor de Educação Física pela UFSM, Santa Maria/RS - Brasil.

² Mestranda do PPG de Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde na UFSM, especialista em Psicomotricidade e Educação Física, professora de Educação Física pela UFSM, Santa Maria/RS - Brasil.

³ Doutora em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde pela UFSM, Coordenadora Pedagógica - SMEC, Panambi/RS - Brasil.

⁴ Doutor em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde pela UFSM, Professor do Colégio Politécnico da UFSM, Santa Maria/RS - Brasil.

estrutural, valorização docente e participação democrática na construção das políticas educacionais.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Tempo integral. Educação Física.

Abstract:

This study analyzes the scientific production available on the CAPES Journals Portal concerning the New High School Reform (NHSR), Full-Time High School (FTHS), and Physical Education, covering the period from 2016 to 2025. This study is justified by the growing relevance of recent educational reforms and their implications for curriculum organization and the role of Physical Education within the school context. Using a qualitative-quantitative and scientometric approach, the research mapped and examined 19 articles to identify trends, gaps, and theoretical perspectives regarding the impacts of these educational reforms. It was observed that publications are regionally concentrated in the South and Northeast of Brazil and predominantly theoretical investigations, emphasizing basic research and documentary analyses. Results indicate the precarization of Physical Education in the reformed curriculum, characterized by reduced workload, weakened formative value, and the predominance of instrumental competencies over critical and cultural formation. The studies also highlight teachers' perceptions of imposition and lack of dialogue during policy implementation, as well as structural and pedagogical challenges in full-time schools. It is concluded that, although the NHSR and FTHS aim to promote modernization and equity, these reforms have intensified historical inequalities and undermined the formative role of Physical Education, emphasizing the need for structural investment, teacher valorization, and democratic participation in educational policy-making.

Keywords: New High School Reform. Full-Time Education. Physical Education.

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada em 1996, constitui-se como o primeiro documento legal a incluir o ensino médio no âmbito da educação básica, definindo-o como a etapa conclusiva desse nível de ensino. Conforme dispõe o artigo 35, seus objetivos compreendem: aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental; preparar o estudante para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, assegurando-lhe capacidade de adaptação; desenvolver a formação ética, a autonomia e o pensamento crítico; além de promover a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, integrando teoria e prática (Brasil, 1996).

Posteriormente, a reforma do Novo Ensino Médio (NEM) percorreu um processo extenso e marcado por controvérsias até sua efetiva aprovação. Inicialmente apresentada sob a forma da Medida Provisória nº 746, de 2016, a proposta suscitou intensos debates nos âmbitos educacional e político (Ferretti, 2018). No ano seguinte, essa medida foi convertida na Lei nº 13.415, sancionada em 16 de fevereiro de 2017, promovendo alterações substanciais na estrutura do ensino médio brasileiro e na própria LDBEN de 1996 (Brasil, 2017).

A referida lei instituiu a reforma do ensino médio com a finalidade de flexibilizar o currículo, tornando-o mais atrativo aos estudantes e buscando reduzir os índices de evasão escolar, bem como aprimorar a qualidade da educação nacional (Ferretti, 2018). Entre as principais mudanças, destacam-se as de caráter estrutural, como a ampliação da carga horária mínima anual

e a reorganização do currículo em dois eixos: a Formação Geral Básica (FGB), composta por 1.800 horas e voltada às disciplinas tradicionais, comum a todos os estudantes e alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e os Itinerários Formativos, totalizando 1.200 horas, destinados ao aprofundamento em áreas específicas do conhecimento ou à formação técnica e profissional, cuja implementação teve início em 2022 (Brasil, 2017).

Em decorrência das críticas direcionadas à execução do NEM, foi sancionada a Lei nº 14.945/2024, que revoga parcialmente a legislação anterior e propõe ajustes voltados à mitigação de prejuízos e à adequação do modelo educacional às reais necessidades dos estudantes e das escolas públicas. A partir dessa nova legislação, a FGB passa a abranger 2.400 horas distribuídas ao longo dos três anos do ensino médio, enquanto os Itinerários Formativos ficam restritos a 600 horas. A implementação do novo currículo ocorre de forma gradual, iniciando-se pela 1ª série em 2025 e estendendo-se à 2ª série em 2026 e à 3ª série em 2027 (Brasil, 2024a).

A reforma do NEM foi concebida e estruturada fora do ambiente escolar, sendo subsequentemente imposta às instituições de ensino sem um processo de diálogo com os profissionais da educação. Como resultado, muitos professores relataram sentir-se meros “espectadores” de um processo do qual não participaram ativamente, evidenciando a ausência de uma escuta qualificada e de envolvimento efetivo dos docentes tanto na elaboração quanto na implementação do NEM e da BNCC, o que comprometeu seu sentimento de pertencimento a essas mudanças (Tonieto *et al.*, 2023).

No que se refere à Educação Física no ensino médio, observa-se um aumento progressivo nos índices de evasão e um expressivo desinteresse dos estudantes em relação às aulas desse componente curricular (Millen Neto *et al.*, 2010). A Lei nº 13.415/2017 havia suprimido a obrigatoriedade e reduzido a carga horária da Educação Física, assim como de outras disciplinas; entretanto, a legislação atual restabelece sua obrigatoriedade no currículo escolar (Brasil, 2024b).

Essa evasão é entendida como um fenômeno multifatorial, relacionado à fragilidade pedagógica, à repetição de conteúdos e à baixa variedade de práticas, algo que influencia o desinteresse dos estudantes (Bellúcio *et al.*, 2021). Ademais, a desmotivação dos professores e as experiências de exclusão, especialmente relacionadas ao gênero, reforçam a evasão dos estudantes, revelando que a ausência não é somente física, mas também refletida na não participação nas aulas (Junqueira *et al.*, 2024).

A Educação Física, enquanto área voltada ao estudo e à promoção da cultura corporal e do movimento humano, contempla, no contexto escolar, conteúdos que expressam diferentes manifestações culturais, como esportes, danças, lutas, ginástica e capoeira, entre outros. Por meio desses conteúdos, a disciplina desempenha papel relevante na formação integral dos estudantes (Balbino; Urt, 2018).

Contudo, a BNCC tem sido alvo de críticas quanto à abordagem destinada à Educação Física, uma vez que prioriza o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas em detrimento de uma formação crítica e contextualizada. Essa orientação tende a fragmentar o conhecimento e reduzir a compreensão das práticas corporais em suas dimensões culturais, históricas e sociais, o que compromete a autonomia docente e limita a mediação pedagógica do professor, enfraquecendo a potencialidade da área na formação de sujeitos críticos e socialmente engajados (Betti, 2018; Neira, 2018).

O Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) no Brasil expandiu-se significativamente nos últimos anos. Segundo dados do Censo Escolar de 2023, aproximadamente 21,9 % dos estudantes do ensino médio estavam matriculados em escolas de tempo integral, próximo à meta de 25 % estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Essa modalidade visa ampliar a jornada escolar para 35 horas semanais ou mais, proporcionando uma formação mais abrangente aos alunos. O Programa Escola em Tempo Integral, lançado em julho de 2023 pelo Ministério da Educação, tem o objetivo de fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas da educação básica, priorizando escolas que atendem estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica (Brasil, 2023).

A oferta de uma jornada ampliada permite a inclusão de atividades que contribuem para o desenvolvimento integral dos estudantes. É necessário compreender que a ampliação da jornada escolar não pode limitar-se ao mero prolongamento da permanência dos estudantes sob supervisão ou à simples ocupação de seu tempo livre. Pelo contrário, essa extensão deve configurar-se como um espaço de construção de novas e significativas experiências educativas que promovam, de fato, o desenvolvimento integral dos alunos (Balbino; Urt, 2018).

Diante do exposto, este estudo busca responder à seguinte questão: como a produção científica tem abordado a relação entre Novo Ensino Médio, Ensino Médio em Tempo Integral e Educação Física no Brasil? A partir de uma abordagem cienciométrica, através de artigos, o estudo visa mapear as produções científicas disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, permitindo identificar tendências, lacunas e perspectivas teóricas acerca da adaptação do currículo e do papel da Educação Física em escolas do NEM que possuem tempo integral.

A realização deste estudo justifica-se pela relevância e atualidade das discussões em torno do NEM e da expansão do EMTI no Brasil, especialmente diante das recentes mudanças na legislação educacional. Considerando os impactos dessas políticas na organização curricular e no papel da Educação Física escolar, torna-se importante compreender como a produção científica tem abordado essa temática.

METODOLOGIA

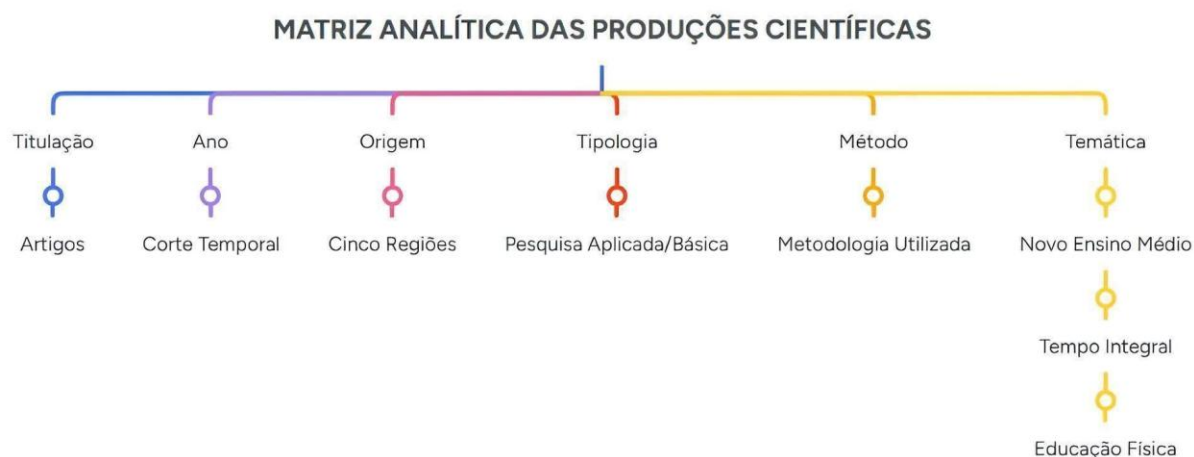
O presente estudo configura-se como uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, com foco na análise cienciométrica, a qual tem por finalidade avaliar a produção científica por meio de indicadores numéricos, empregando técnicas e análises estatísticas amplamente debatidas e reconhecidas e possibilitando identificar padrões, tendências e lacunas no desenvolvimento do conhecimento científico (Razera, 2016).

A análise cienciométrica foi estruturada a partir de indicadores quantitativos, incluindo: (a) quantidade anual das publicações; (b) distribuição regional das pesquisas; (c) tipologia (básica ou aplicada) e (d) métodos de pesquisa utilizados. Esses dados foram organizados e apresentados por meio de gráficos, possibilitando a visualização das tendências da produção científica sobre o tema.

Além disso, procedeu-se à análise dos dados obtidos nos artigos selecionados por meio da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), estruturada nas etapas de pré-análise,

exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação, tomando como referência a Matriz Analítica apresentada na Figura 1.

Figura 1: Matriz Analítica



Fonte: adaptado de Minuzzi e Coutinho (2020).

Na fase de pré-análise, realizou-se a leitura flutuante dos estudos, com o objetivo de estabelecer familiaridade com o corpus e delimitar as unidades de análise. Em seguida, na etapa de exploração do material, foram identificadas unidades de registro, tais como ideias centrais, argumentos e conclusões dos artigos, considerando sua recorrência e relevância temática.

No que se refere ao processo de categorização, adotou-se uma abordagem indutiva, na qual as categorias emergiram dos próprios dados, sem definição prévia. As unidades de registro foram agrupadas com base em critérios de semelhança, proximidade de sentido e convergência temática, dando origem a categorias mais amplas. Por fim, na etapa de tratamento e interpretação, buscou-se articular os achados com o referencial teórico da área, permitindo a sistematização das principais tendências, lacunas e enfoques presentes na produção científica analisada.

Os artigos foram selecionados a partir do Portal de Periódicos da CAPES considerando o período de 2016 a 2025, pois em 2016 a Medida Provisória nº 746 foi instituída. Realizou-se a seleção dos artigos por meio de duas buscas distintas:

1ª busca: foram utilizados os descritores (“educação física” AND “novo ensino médio”), com os filtros “acesso aberto” e “artigos” resultando em 26 artigos.

2ª busca: foram utilizados os descritores (“educação física” AND “tempo integral”), com os filtros “acesso aberto” e “artigos” resultando em 16 artigos.

As duas buscas foram exportadas no formato RIS e importadas para o programa Zotero para excluir os artigos duplicados e agrupar as duas pesquisas em um único arquivo, totalizando 40 artigos para serem analisados por meio da leitura do título e do resumo, visando excluir os falsos positivos.

Para a seleção dos estudos, foram definidos critérios de inclusão e exclusão. Como critérios de inclusão, consideraram-se artigos científicos publicados no Portal de Periódicos da CAPES, entre 2016 e 2025, que abordassem o NEM e escolas com tempo integral e apresentassem interface com a Educação Física. Foram adotados como critérios de exclusão documentos sem acesso aberto, estudos que não apresentassem relação direta com a temática investigada e registros duplicados identificados durante o processo de busca e organização do material.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, realizou-se a leitura dos títulos e resumos. Ao final, foram selecionados 19 artigos adequados para a leitura completa e análise do texto, conforme apresentado no Quadro 1. Para facilitar a identificação dos estudos ao longo da análise, os artigos foram numerados sequencialmente (1 a 19).

Quadro 1 - Artigos Científicos Selecionados

Nº	TÍTULO DO ARTIGO
1	A Educação Física no “Novo” Ensino Médio: uma análise das modificações propostas pela Lei n. 13.415 de 2017
2	A Educação Física no Novo Ensino Médio Baiano: uma análise documental
3	A educação física escolar na reforma do Ensino Médio: um problema de justiça curricular
4	A Educação Física no novo ensino médio: uma análise do referencial curricular gaúcho e do caderno de linguagens e suas tecnologias
5	A Educação Física no novo ensino médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC
6	A Educação Física no Novo Ensino Médio: desafios para consolidação nas escolas de Pernambuco
7	A percepção dos gestores das escolas de ensino médio em Fortaleza sobre o Novo Ensino Médio
8	As objetivações do mercado na Educação Física do Novo Ensino Médio
9	Menos Educação Física, menos formação humana, menos educação integral
10	Novo ensino médio de Minas Gerais: tematizando as Congadas como subversão nos espaços/tempos nas aulas de Educação Física
11	Disciplinas Eletivas ligadas à Educação Física no Ensino Médio em Tempo Integral de Juazeiro do Norte – CE
12	A Educação Física nos cadernos do Novo Ensino Médio de Santa Catarina
13	O abandono do trabalho pedagógico na Educação Física do Novo Ensino Médio
14	O estado do conhecimento sobre a Educação Física no Novo Ensino Médio
15	A percepção dos professores de Educação Física sobre a política do Novo Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul
16	Políticas públicas para educação física no novo ensino médio: perspectivas a partir do estado do conhecimento
17	Reforma do Ensino Médio, Base Nacional Comum Curricular e Educação Física nos Institutos Federais: contradições societárias e politecnia
18	A supressão da Educação Física nas matrizes curriculares do Novo Ensino Médio
19	Traços históricos e culturais da Educação Física e sua relação com a reconfiguração do Ensino Médio

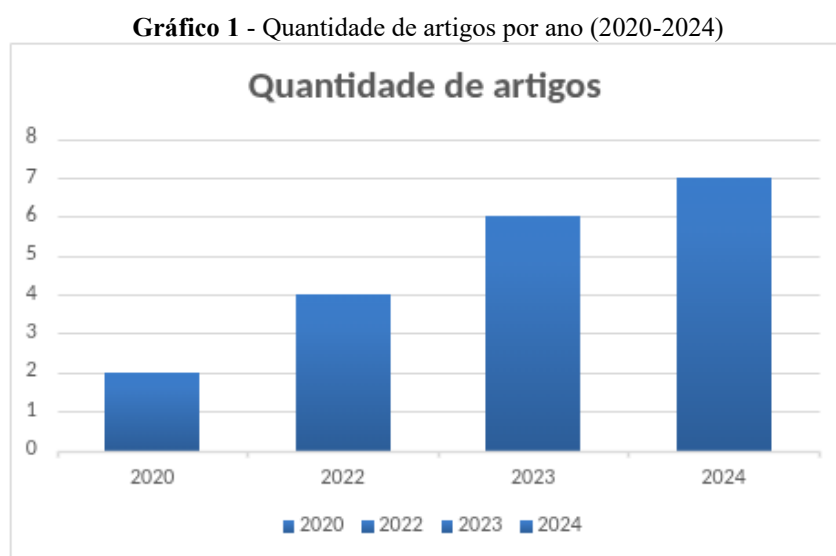
Fonte: elaborado pelos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise cienciométrica foi estruturada em duas etapas complementares. A primeira concentrou-se nos aspectos quantitativos dos artigos selecionados, considerando o ano de publicação e a região de realização das pesquisas. A segunda etapa abordou os aspectos qualitativos, examinando a tipologia das pesquisas (aplicada ou básica) e os métodos utilizados em cada estudo.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição da quantidade de artigos publicados entre os anos de 2020 e 2024, permitindo visualizar a evolução das produções científicas ao longo desse período. O gráfico possibilita compreender as tendências de publicação, identificando períodos de maior e menor produtividade, o que contribui para a análise do desenvolvimento das pesquisas.

Cabe ressaltar que, embora o levantamento bibliográfico tenha contemplado o intervalo de 2016 a 2025, conforme descrito na metodologia, a busca não retornou nenhum artigo publicado nos anos de 2016 a 2019, 2021 e 2025, dentro dos critérios de inclusão adotados. Por esse motivo, o Gráfico 1 apresenta exclusivamente os anos de 2020, 2022, 2023 e 2024, únicos períodos em que houve produção científica identificada.

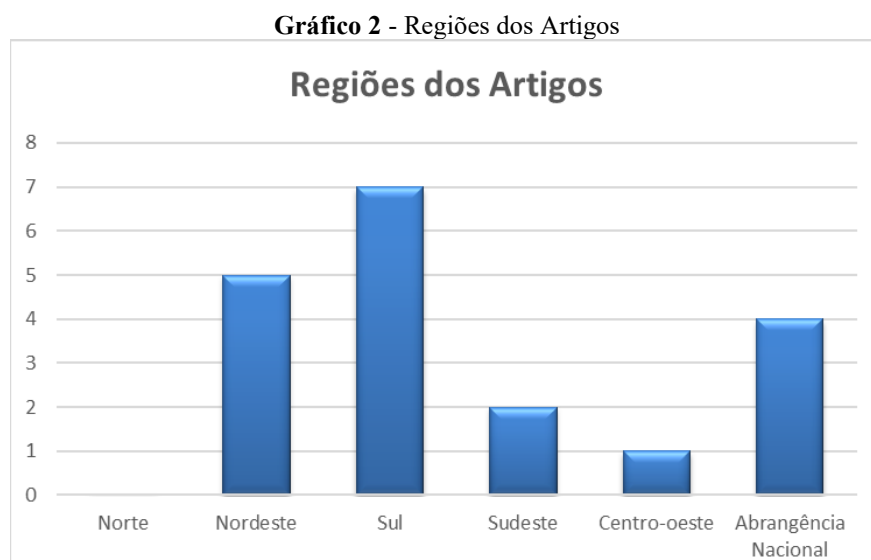


Fonte: elaborado pelos autores.

Observa-se que o ano de 2020 apresentou a menor quantidade de artigos (2 artigos), seguido por um leve aumento em 2022 (4 artigos), resultado esperado considerando que a implementação do NEM iniciou no mesmo ano. Já em 2023 (6 artigos) e 2024 (7 artigos), houve um crescimento expressivo, com destaque para 2024, que registrou o maior número de publicações entre os anos analisados. Esse aumento pode indicar um maior interesse dos pesquisadores, como também as implicações da implementação do modelo, que ocorreu de forma gradual.

Por sua vez, o Gráfico 2 apresenta a distribuição regional dos artigos científicos selecionados a partir da abrangência temática de cada estudo, ou seja, considerando a(s) região(ões) brasileira(s) que constituem o foco de análise do artigo, e não necessariamente o local de vinculação institucional dos autores ou do periódico de publicação. Artigos que abordam o NEM, o EMTI e a Educação Física em escala nacional, sem se restringir a uma unidade da federação específica, foram classificados na categoria “Abrangência Nacional”. Ao visualizar a

distribuição geográfica da produção acadêmica, torna-se evidente quais regiões concentram maior número de pesquisas e, consequentemente, maior engajamento científico nas discussões acerca das políticas educacionais recentes. Vale ressaltar que o número de artigos na plataforma é baixo quando se considera a relevância e a atualidade do tema.



Fonte: elaborado pelos autores.

No gráfico, observa-se uma concentração expressiva de produção na Região Sul (7 artigos), seguida pela Região Nordeste (5 artigos). Essa predominância pode estar relacionada a fatores como a expansão e interiorização das instituições de ensino e pesquisa, bem como às políticas públicas de incentivo à produção científica, que têm contribuído para a consolidação de polos regionais de pesquisa sobre currículo e Educação Física escolar (Menchik; Deus; Coutinho, 2024).

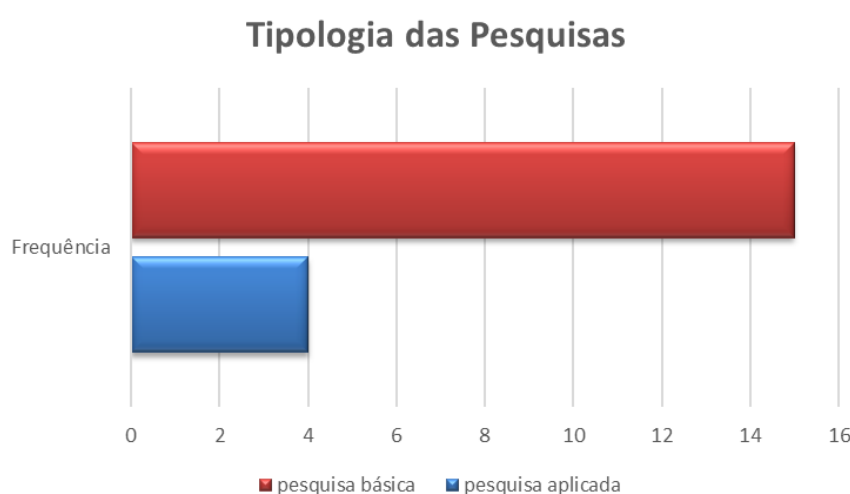
A categoria de “Abrangência Nacional” reúne quatro publicações que analisam o tema em escala mais ampla, evidenciando um interesse crescente em compreender os impactos da reforma em nível sistêmico. A Região Centro-Oeste (1 artigo) apresenta uma participação pouco expressiva, e a ausência de produções provenientes da Região Norte revela um desequilíbrio na distribuição regional da produção científica sobre o tema. Esse cenário reflete desigualdades históricas na constituição da pesquisa educacional no país, reforçando a necessidade de ampliação de estudos que contemplem as especificidades e desafios dessas realidades regionais (Silva; Brasileiro, 2023).

Já a baixa representatividade da Região Sudeste (2 artigos) exige uma leitura própria, distinta da desigualdade territorial observada no Norte e Centro-Oeste. Trata-se, historicamente, da região que concentra o maior número de programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa em Educação Física do país, o que tornaria esperado um volume mais expressivo de produções (Sacardo; Cardoso, 2016). A explicação para esse resultado pode estar relacionada às características históricas da produção científica da região Sudeste no campo da Educação Física, marcada por maior concentração de estudos nas subáreas biodinâmica e da saúde e por menor tradição de pesquisas de natureza curricular e pedagógica (Lüdorf, 2002). Essa característica pode ter contribuído para a menor representatividade da região entre os artigos recuperados a partir dos

critérios de busca adotados neste estudo. Nesse sentido, embora as desigualdades relacionadas ao acesso a grupos de pesquisa, financiamento e infraestrutura acadêmica possam contribuir para compreender as diferenças observadas entre as regiões, os resultados referentes ao Sudeste sugerem a influência de especificidades relacionadas à própria orientação temática da produção científica regional.

O Gráfico 3 apresenta a distribuição das produções analisadas conforme a tipologia das pesquisas, diferenciando entre pesquisas básicas e aplicadas. A pesquisa básica, segundo Gil (2002), busca ampliar o conhecimento teórico sobre fenômenos sem pretensão de aplicação imediata. Já a pesquisa aplicada orienta-se para a resolução de problemas concretos e específicos, empregando conhecimentos científicos consolidados (Lakatos; Marconi, 2017).

Gráfico 3 - Tipologia das pesquisas

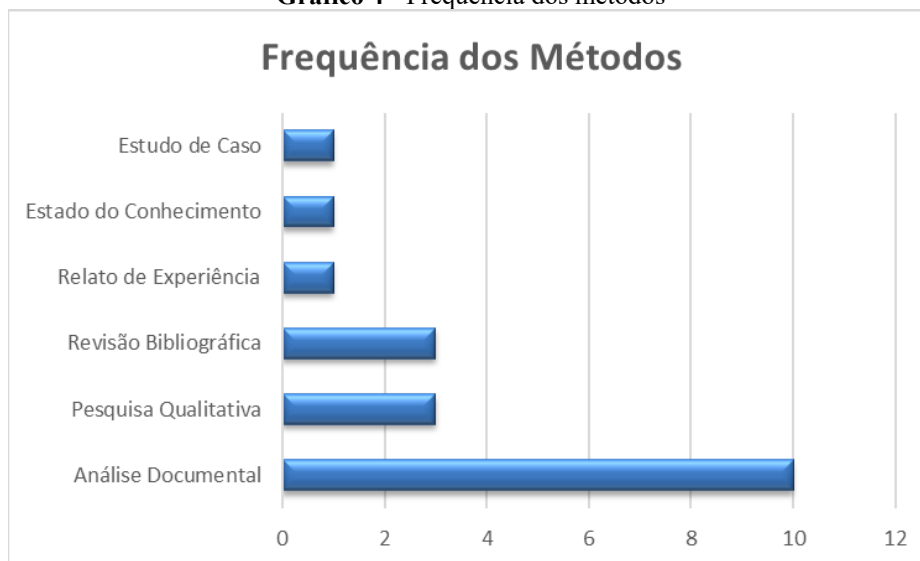


Fonte: elaborado pelos autores.

O Gráfico 3 evidencia a predominância de pesquisas classificadas como básica, totalizando 15 ocorrências, em comparação a 4 pesquisas aplicadas. Essa distribuição demonstra que grande parte das produções examinadas possui caráter teórico e exploratório, voltado à ampliação do conhecimento científico sobre os fenômenos investigados, sem foco direto em aplicações práticas. Tal tendência aponta para uma ênfase na compreensão conceitual e analítica dos temas estudados, característica recorrente em investigações no campo educacional, nas quais o aprofundamento teórico constitui base para o desenvolvimento de futuras aplicações práticas (Deus; Coutinho, 2022).

Ao seu turno, o Gráfico 4 apresenta a distribuição das pesquisas segundo os métodos utilizados, possibilitando identificar as abordagens metodológicas mais recorrentes. Essa característica é essencial para compreender as perspectivas de investigação adotadas pelos autores e o modo como se estruturam as produções científicas na área, revelando tendências quanto ao rigor, à natureza dos dados e à profundidade das análises empreendidas.

Gráfico 4 - Frequência dos métodos



Fonte: elaborado pelos autores.

O método mais utilizado foi a Análise Documental, com 10 ocorrências, demonstrando o predomínio de estudos voltados à interpretação crítica de documentos oficiais e referenciais normativos. Em seguida, aparecem a Pesquisa Qualitativa e a Revisão Bibliográfica, ambas com 3 registros, o que reforça a ênfase em abordagens interpretativas e teóricas. Já os métodos de Relato de Experiência, Estado do Conhecimento e Estudo de Caso apresentaram 1 ocorrência cada, indicando menor representatividade.

Em síntese, os dados evidenciam o predomínio da análise documental nas pesquisas sobre o NEM em tempo integral e sua relação com a Educação Física, indicando que a produção científica tem se concentrado principalmente na interpretação crítica de documentos normativos e políticas educacionais que orientam a reforma do ensino médio. Esse movimento pode ser observado em estudos que analisam as diretrizes curriculares e seus impactos na organização da área, apontando tensões relacionadas à carga horária, à centralidade da disciplina e à reorganização curricular proposta pelo novo modelo (Furtado; Borges, 2024; Oliveira; Ribeiro, 2022). Em menor número, aparecem investigações de natureza qualitativa, revisões bibliográficas e estudos empíricos, como pesquisas que analisam a percepção de professores sobre a implementação da política educacional nas escolas (Silva; Brasileiro, 2023).

A partir da Análise de Conteúdo realizada nos 19 estudos selecionados, identificaram-se as seguintes categorias de conteúdo emergentes: (a) precarização da Educação Física nas reformas curriculares do ensino médio; (b) impactos da reorganização curricular do NEM e dos referenciais curriculares estaduais sobre o componente de Educação Física; (c) percepção de professores e gestores sobre o processo (sentimento de imposição e pouca escuta); (d) discussões sobre tempo integral como possibilidade, mas também com tensões práticas e (e) predominância metodológica de análises documentais e estudos teóricos. Há forte atenção crítica à BNCC e às mudanças curriculares que acompanham o NEM, e há uma lacuna na produção empírica aplicada que investiga efeitos em sala e em políticas locais.

Grande parte dos estudos (artigos 2, 3, 4, 6, 7, 10, 12, 14 e 18, conforme o Quadro 1) indica que o NEM e a forma como as matrizes estaduais foram elaboradas contribuíram para a redução

do espaço curricular e do status da Educação Física, com efeitos que vão da diminuição de carga horária à transformação do componente em disciplina eletiva/optativa em alguns contextos. Essa tendência é confirmada por análises críticas da BNCC e da redação curricular que enfatizam um viés tecnocrático e a priorização de competências mensuráveis em detrimento de uma formação crítica e contextualizada da área (Betti, 2018).

Neira (2018), por exemplo, problematiza as incoerências da BNCC para a Educação Física, apontando a perda de centralidade das dimensões formativas críticas, além de observar a supressão ou o enfraquecimento da disciplina em matrizes estaduais e suas implicações pedagógicas e de justiça curricular. O autor acrescenta que, para que a Educação Física cumpra seu papel formativo no contexto do NEM, é preciso resgatar seu caráter epistemológico e político, reconhecendo-a como componente que articula corpo, cultura e cidadania, não apenas como atividade física ou de lazer. Sua reflexão reforça a necessidade de reposicionar a Educação Física como componente formativo essencial na estrutura do NEM.

Além disso, a reforma do Ensino Médio e a BNCC intensificaram a hierarquização curricular, reduzindo o espaço da Educação Física e o seu caráter científico e formativo (artigos 1, 3, 5 e 8). Ao adotar a “linguagem corporal” como foco, a BNCC reforça uma visão pragmática e imediatista, centrada em competências e experiências, o que fragiliza a dimensão crítica e cultural da área e limita sua contribuição para a formação integral dos estudantes (Beltrão; Teixeira; Taffarel, 2020).

Os estudos que abordam o EMTI expõem duas tendências simultâneas: por um lado (artigos 4 e 11), o tempo integral aparece como oportunidade para resgatar práticas mais amplas e formativas, inclusive oferecendo espaço para práticas corporais diversificadas (dança, lutas e outras práticas corporais). Por outro lado (artigos 9, 15 e 19), há dificuldades práticas, infraestrutura insuficiente, formação de professores inadequada e risco de mera prolongação do tempo sem qualidade pedagógica.

Em conformidade com os artigos 4 e 15, os efeitos acadêmicos e formativos da ampliação de jornada são, na média, modestos e dependem da qualidade da implementação. Revisões e metanálises na América Latina mostram efeitos pequenos em desempenho em avaliações padronizadas e resultados heterogêneos entre contextos; em outras palavras, tempo a mais não se traduz automaticamente em aprendizagem ou em melhores práticas pedagógicas. Para a Educação Física, é preciso um projeto pedagógico qualificado e investimentos concomitantes (Contreras; Lepe, 2023).

Na prática, o tempo integral ainda enfrenta desafios. Falta estrutura nas escolas: espaços adequados, quadras e refeitórios; e o financiamento não cobre o básico, como alimentação e transporte (Giroto; Jorge; Oliveira, 2022). A formação dos professores para lidar com essa nova rotina também é limitada. Apesar de haver avanços, como a possibilidade de trabalhar conteúdos mais criativos, o tempo extra ainda é usado de forma improvisada em várias escolas, sem um planejamento pedagógico claro. Isso afeta diretamente a Educação Física, que, sem preparo e apoio, corre o risco de se tornar apenas recreação, perdendo seu papel formativo (Silva *et al.*, 2021).

Travitzki (2025) complementa que sem critérios de equidade e acompanhamento contínuo, o tempo integral tende a ampliar as diferenças entre redes e grupos sociais, evidenciando que o

tempo integral não chega de forma igualitária. Além disso, o autor destaca que as escolas de tempo integral costumam atender alunos de famílias com melhores condições econômicas, enquanto os estudantes de contextos mais vulneráveis continuam em escolas de jornada regular. Isso mostra que o programa, que deveria diminuir desigualdades, pode acabar reforçando-as se não houver um cuidado maior na escolha das escolas e na distribuição dos recursos.

Quando a expansão é implementada em redes marcadas por desigualdades já consolidadas, ela pode funcionar de modo seletivo, concentrando escolas integrais em territórios socialmente mais favorecidos e em unidades com melhor infraestrutura, o que compromete a promessa de equidade. Assim, mais do que ampliar a permanência do estudante na escola, torna-se necessário interrogar quem tem acesso ao tempo integral, em quais condições esse acesso ocorre e que repertórios culturais são efetivamente garantidos, sobretudo nas práticas corporais que dependem de espaços adequados, materiais e planejamento docente (Giroto; Cássio, 2018; Travitzki, 2025).

No que se refere ao NEM, os artigos 6, 7, 13, 15 e 16 evidenciam a percepção de professores e gestores, que se sentem pouco ouvidos no processo de formulação e implementação das mudanças curriculares. Muitos docentes afirmam que a implementação foi “de cima para baixo” sem haver espaço para participação (Tonieto *et al.*, 2023, p. 12). Essa sensação de imposição acaba desmotivando e dificultando o envolvimento nas propostas. Além disso, a falta de diálogo e de formação adequada faz com que a implementação do novo modelo fique distante do esperado, gerando práticas muito padronizadas e pouco críticas, algo que leva professores a resistir ou se distanciar dessas mudanças (Tonieto *et al.*, 2023).

A percepção de imposição relatada pelos docentes também precisa ser lida à luz da autonomia profissional e da função social da escola. Reformas construídas com baixa participação tendem a reduzir o professor à condição de executor de orientações previamente definidas, enfraquecendo a possibilidade de mediação crítica entre currículo e realidade local. Na Educação Física, isso é particularmente sensível, porque o componente exige leitura pedagógica do contexto, seleção culturalmente situada dos conteúdos e articulação entre corpo, cultura e formação humana. Quando essa autonomia é comprimida, a disciplina corre o risco de ser reduzida a atividades episódicas, com perda de densidade teórica e de potencial emancipatório, contrariando a perspectiva de educação integral defendida pela área (Balbino; Urt, 2018; Tonieto *et al.*, 2023).

Em síntese, os estudos analisados demonstram que tanto o NEM quanto o EMTI reconfiguram o papel da Educação Física, ora reduzindo seu espaço formativo, ora abrindo novas possibilidades de atuação. Contudo, a ausência de infraestrutura, de diálogo e de apoio pedagógico tende a reproduzir desigualdades e a limitar o potencial transformador dessas reformas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como foco compreender como a produção científica aborda a relação entre o Novo Ensino Médio, o Ensino Médio em Tempo Integral e a Educação Física escolar. Os resultados indicam que, apesar do crescimento recente das publicações, o campo ainda é limitado e em consolidação. A investigação evidenciou uma produção científica reduzida e regionalmente

concentrada, com predominância de estudos teóricos, de caráter básico e baseados em análise documental.

Entre as principais lacunas, destacam-se a ausência de estudos aplicados, a baixa representação de algumas regiões do país e a necessidade de investigações que considerem a prática pedagógica e a perspectiva dos estudantes. Observou-se também a ausência de pesquisas que investigam os efeitos dessas políticas no cotidiano escolar.

No conteúdo dos estudos, há convergência quanto à precarização da Educação Física escolar no contexto das reformas, marcada pela redução de carga horária, perda de centralidade curricular e enfraquecimento de sua dimensão formativa. Além disso, destaca-se a percepção docente de implementação verticalizada, com pouca participação, e as limitações estruturais e pedagógicas que afetam o EMTI, muitas vezes impedindo que seu potencial formativo se concretize. Investigações que considerem o cotidiano das escolas, as experiências de professores e alunos, bem como as especificidades locais podem contribuir para uma análise mais assertiva dos impactos das políticas educacionais e para a construção de estratégias pedagógicas mais efetivas.

Embora o NEM e o EMTI sejam propostos como estratégias de modernização e equidade, sua implementação tem evidenciado contradições que fragilizam a Educação Física e a formação integral. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de investimento estrutural, valorização docente e maior participação na construção das políticas, bem como o reposicionamento da disciplina de Educação Física como componente essencial na formação básica.

REFERÊNCIAS

BALBINO, Solange Izabel; URT, Sônia da Cunha. Prática Pedagógica em Educação Física para a Educação Integral em Tempo Integral. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 21, n. 4, p. 775-785, out./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/50511>. Acesso em: 20 ago. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLÚCIO, Vítor; NASCIMENTO, Diego Soares do; SILVA, Wesley Alves; PIEIRO, Tiago. Evasão dos alunos nas aulas de Educação Física: as possíveis explicações para esse “fenômeno”. **JNT – Facit Business and Technology Journal**, [S. l.], v. 1, n. 23, p. 195-207, 2021. Disponível em: <https://revistas.faculadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/854>. Acesso em: 20 ago. 2026.

BELTRÃO, José Arlen; TEIXEIRA, David Romão; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. A Educação Física no Novo Ensino Médio: Implicações e Tendências Promovidas pela Reforma e pela BNCC. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 656-680, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/7024>. Acesso em: 20 ago. 2026.

BETTI, Mauro. Base Nacional Comum Curricular e Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**, [S. l.], v. 1, ano IV, p. 156-175, jul. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329244831_A_VERSAO_FINAL_DA_BASE_NACIONAL_COMUM_CURRICULAR_DA_EDUCACAO_FISICA_ENSINO_FUNDAMENTAL_menos_virtudes_os_mesmos defeitos. Acesso em: 20 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 20 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola em Tempo Integral**. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral>. Acesso em: 20 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), definindo diretrizes para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 147, p. 5, 01 ago. 2024a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.945-de-31-de-julho-de-2024-575696390>. Acesso em: 20 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação em tempo integral cresce no Brasil**. Brasília: MEC, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/educacao-em-tempo-integral-cresce-no-brasil>. Acesso em: 15 out. 2025.

CONTRERAS, Dante; LEPE, Ignacio. **Educação em tempo integral: evidências, desafios de implementação e recomendações**. [S. l.]: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Divisão de Educação, 2023. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/extended-school-day-evidence-implementation-challenges-and-recommendations>. Acesso em: 20 ago. 2026.

DEUS, Gabriela Brum de; COUTINHO, Renato Xavier. A Educação Física e o tema saúde no âmbito escolar: uma proposta didática com base no Educar Pela Pesquisa. **Revista Ciências & Ideias**, Nilópolis, v. 13, n. 2, p. 54-68, 2022. Disponível em: <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/index.php/reci/article/view/1937>. Acesso em: 20 ago. 2026.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 32, n. 93, p. 25-42, mai. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2026.

FURTADO, Renan Santos; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. Um estudo sobre o lugar da Educação Física na reforma do Ensino Médio entre 2016 e 2023. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 33, p. 714-739, jan./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/17253>. Acesso em: 20 ago. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti; CÁSSIO, Fernando. A desigualdade é a meta: Implicações socioespaciais do Programa Ensino Integral na cidade de São Paulo. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S. l.], v. 26, n. 109, p. 1-28, 2018. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3499>. Acesso em: 20 ago. 2026.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti; JORGE, Isabel Furlan; OLIVEIRA, João Victor Pavesi de. Ensino em tempo integral e segmentação da oferta: análise dos programas ETI e PEI na rede pública estadual de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 27, e270078, p. 1-29, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270078>. Acesso em: 20 ago. 2026.

JUNQUEIRA, Hugo Simões; SILVA, Bruno Adriano Rodrigues da; REIS, Fábio Pinto Gonçalves dos; CARNEIRO, Kleber Tüxen. Evasão das aulas de Educação Física no ensino médio: entre representações, discursos e (in)ações. **Revista Educação & Ensino**, Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 1-28, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/revista-educacao-e-ensino/article/view/647>. Acesso em: 20 ago. 2026.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LÜDORF, Sílvia Maria Agatti. Panorama da pesquisa em Educação Física da década de 90: análise dos resumos de dissertações e teses. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 19-25, 2. sem. 2002.

MENCHIK, Jaubert de Castro; DEUS, Gabriela Brum de; COUTINHO, Renato Xavier. Análise das produções acadêmicas sobre educação física e currículo integrado para a educação profissional entre 2009 a 2022. **Revista Prática Docente**, [S. l.], v. 9, e24004, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/734>. Acesso em: 20 out. 2026.

MILLEN NETO, Alvaro Rego; DA CRUZ, Ronaldo Pimenta; SALGADO, Simone da Silva; CHRISPINO, Renata Ferreira; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Evasão Escolar e o Desinteresse dos Alunos nas Aulas de Educação Física. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 1-15, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/7559>. Acesso em: 20 ago. 2026.

MINUZZI, Evelize Dorneles; COUTINHO, Renato Xavier. Produção de Conhecimento Sobre Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: Um Panorama Cienciométrico. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, e228443, p. 1-30, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/qDXqpZdDWcLbNMtRSDLfwSz/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2026.

NEIRA, Marcio Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 215-223, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/m5NJPS7PQnCCxZZtCsdjsqL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2026.

OLIVEIRA, Cristiano de Souza; RIBEIRO, Alexsandro Rabaioli Nunes. A Educação Física no Novo Ensino Médio Baiano: uma análise documental. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 181-194, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/42722>. Acesso em: 20 ago. 2026.

RAZERA, Julio César Castilho. Contribuições da cienciométrica para a área brasileira de Educação em Ciências. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 22, n. 3, p. 557-560, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/WrBb4N65R3g6HZKHqyzfcLt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 ago. 2026.

SACARDO, Michele; CARDOSO, Alessandra Espíndola. A produção do conhecimento stricto sensu dos docentes dos cursos de Educação Física no Estado do Ceará. **Filosofia e Educação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 193-218, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8647172>. Acesso em: 20 ago. 2026.

SILVA, Bruno Cesar; BRASILEIRO, Lívia Tenorio. A educação física no novo ensino médio: desafios para consolidação nas escolas de Pernambuco. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 75, p. 237-248, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/71074>. Acesso em: 20 ago. 2026.

SILVA, Natália Gabriela da; SOUZA, Elicia Barros Guerra; SIMÕES, Izabel Adriana Gomes de Sena; MARTINS, Charles Gomes. **A educação física nas escolas de tempo integral da rede municipal de ensino do Recife**: as reflexões e os desafios através do olhar de uma professora. Campina Grande: Realize, 2021. v. 3. *E-book*. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/74308>. Acesso em: 20 out. 2025.

TONIETO, Carina; FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon; BUKOWSKI, Chaiane; BELLENZIER, Caroline Simon. Os professores diante do novo ensino médio: relações externas de mudança e trabalho docente. **Educação**, Santa Maria, v. 48, n. 1, p. 1-27, jan./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/69995>. Acesso em: 20 ago. 2026.

TRAVITZKI, Rodrigo. Atual implementação do tempo integral no ensino médio tende a acentuar desigualdades no Brasil. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 27, e025039, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8675807>. Acesso em: 20 ago. 2026.

Recebido em: 06 de junho de 2026

Aprovado em: 25 de agosto de 2026